



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006809-64.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **VALERIA REGINA CAVA**
Requerido: **MARCIO ANDRÉ FIOCHI ME - AML ANTENAS E ELETRONICOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido através do réu duas antenas e três receptores para captação de sinal para TV, os quais apresentaram vícios de funcionamento.

Alegou ainda que entrou em contato com o réu mas não conseguiu resolver a questão.

Almeja à reparação dos danos materiais que sofreu em decorrência disso.

No mérito, o réu não refutou a assertiva de que em os aparelhos adquiridos pela autora não funcionaram a contento.

Não refutou ainda específica e concretamente os fatos articulados pela autora, de sorte que sua proposta de acordo realizada em audiência

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

de tentativa de conciliação não foi aceita pela autora.

Nesse contexto, ele não negou os problemas de funcionamento dos aparelhos adquiridos.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida, nesse particular, não necessitando da produção de qualquer outro tipo de prova.

Restou patenteado o vício no produto e a impossibilidade de sua reparação no trintídio, de sorte que é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$1.720,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2017 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Cumprida a obrigação, pelo réu ele terá o prazo de trinta dias para retirar os produtos que se encontram na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar-lhes a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 20 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**